

# Ensino de sociologia e educação política: uma revisão dos conceitos de *política, poder e Estado* a partir dos livros didáticos

*André da Rocha Santos<sup>1</sup>*

## RESUMO

No contexto mais amplo de uma discussão acerca da política enquanto prática social discute-se os saberes e conhecimentos de sociologia política e ciência política nos livros de Sociologia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Analisando cada uma das cinco obras, os conceitos de *política, poder e Estado* são examinados buscando compreender quais teorias e temas estiveram de forma mais precisa relacionados a esses conceitos na última edição do PNLD. Além do estudo em si, é objetivo deste trabalho salientar a importância do livro didático como importante instrumento de democratização do saber e de educação política no âmbito da educação popular.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de sociologia; Ciência política; Educação política; Conceitos; Livro didático.

*Teaching of Sociology and political education: a review of the concepts of politics, power and State from textbooks*

## ABSTRACT

In the broader context of a discussion about politics as a social practice, the knowledge and knowledge of political sociology and political science in the Sociology books of the National Textbook Program (PNLD) is discussed. Analyzing each of the five works, the concepts of politics, power and the State are examined in order to understand which theories and themes were more precisely related to these concepts in the last edition of the PNLD. In addition to the study itself, the objective of this

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia. Instituto Federal de São Paulo, Registro, São Paulo, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8085-5305>. E-mail: [andrerochasantos@ifsp.edu.br](mailto:andrerochasantos@ifsp.edu.br).

work is to highlight the importance of textbooks as an important instrument for the democratization of knowledge and political education within the scope of popular education.

**KEYWORDS:** Teaching sociology; Political science; Political education; Concepts; Textbook.

*Enseñanza de la sociología y la educación política: una revisión de los conceptos de política, poder y estado desde los libros de texto*

### RESUMEN

En el contexto más amplio de una discusión sobre la política como práctica social, se discute el saber y saber de la sociología política y la ciencia política en los libros de Sociología del Programa Nacional de Libros de Texto (PNLD). Analizando cada una de las cinco obras, se examinan los conceptos de política, poder y Estado para comprender qué teorías y temas se relacionaron con mayor precisión con estos conceptos en la última edición del PNLD. Además del estudio en sí, el objetivo de este trabajo es resaltar la importancia de los libros de texto como un importante instrumento para la democratización del conocimiento y la educación política en el ámbito de la educación popular.

**PALABRAS CLAVE:** Enseñanza de la sociología; La ciencia política; Educación política; Conceptos; Libro de texto.

\* \* \*

*Creio que nunca precisou o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Desse ponto de vista, que é reacionário, o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se treinam os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra.*

*Minha presença de professor, que não pode passar despercebida dos alunos na classe e na escola, é uma presença em si política. Enquanto presença não posso ser uma omissão, mas um sujeito de opções. Devo revelar aos alunos a minha capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de optar, de romper. Minha capacidade de fazer justiça, de não falhar à verdade. Ético, por isso mesmo, tem que ser o meu testemunho.*

Paulo Freire

## Introdução

“O jovem brasileiro não se interessa por política”. “Ele é um alienado!”. Frequentemente ouvimos frases como essas em nosso cotidiano, ditas pelo senso comum na família, na escola, nos meios de comunicação. Mas, será que é isso mesmo? Ou há, de forma proposital, um estímulo ao desinteresse e à confusão de conceitos e valores com o intuito de fazer com que o jovem não tenha consciência das questões sociais, políticas, econômicas e culturais que o cercam e assim o debate possa ser monopolizado por certos indivíduos, grupos e classes sociais?

A política como prática social enfrenta uma grave crise em que duas características se tornam evidente: de um lado, a repulsa, de outro, a curiosidade. Do lado da *repulsa*, a política – que antes era a solução – agora aparece como parte do problema a ser combatido. Passou de “processo pelo qual se obtém acesso ao exercício do poder e, por meio dele, à organização da vida coletiva numa determinada sociedade” (Miguel, 2018), para algo a ser desprezado, negado. A indiferença pela política se torna uma espécie de grife, uma prova de “atitude moderna”, “avançada” (Nogueira, 2001).

Essa decepção toma proporções ainda maiores quando atingem o coração e a mente daqueles que poderiam ser os grandes autores dessa reconstrução: os jovens. Ao mirar a esperança e a utopia da juventude, a desilusão acerta um alvo perigoso que arrasta consigo a democracia enquanto valor universal, generoso e inclusivo, em contraponto a um pensamento autoritário que ganha estatura e musculatura.

Ridenti (2011) como que antevendo o que viria a acontecer, traçou um panorama político desse contexto:

Pior, a indignação – quando aparece – tende a ser canalizada para alvos anti-democráticos: apoio à pena de morte, ao fechamento do Congresso Nacional, perseguição aos migrantes pobres e assim por diante. O risco maior é que a desilusão com os políticos e com a política redunde em apoio a um golpe de Estado, para supostamente restabelecer a ordem e a moralidade. Quem conhece um pouco de história sabe que esse desfecho é frequente, mas, a médio e longo prazos, só faz agravar a situação política. Por exemplo, os golpistas de 1964 no Brasil alegavam pretender salvaguardar a ordem democrática, eliminar os corruptos, restabelecer a moralidade no país. E o que legaram foi o inverso do que diziam pretender (Ridenti, 2011, p. 06).

Do lado da *curiosidade*, mesmo que de forma desconexa e intrincada, nos últimos anos o aumento do interesse dos jovens por questões políticas foi visível. Estimulados pela internet em suas várias formas de comunicação nas redes sociais e pelo clima de polarização e instabilidade política iniciado pelas manifestações de junho de 2013, os jovens nascidos com o século XXI tem desempenhado papel crescente nessas discussões.

Contudo, estimulados pelo incessante disparo de informações vindas à palma da mão por meio do celular, misturam-se e confundem-se valores caros ao Estado Democrático de Direito e aos Direitos Humanos em vídeos, artigos, opiniões e declarações muitas vezes antidemocráticas e carregadas de ódio, preconceito e autoritarismo (Assumpção; Leonardi, 2017). Em um momento conturbado como o que vivemos atualmente, em que muito se fala “sobre” e “de” política, fica evidente como muitas pessoas simplesmente não sabem do que estão falando. Ao jovem brasileiro nesse contexto fica o entendimento de um jogo embaralhado, desorganizado e caótico.

Nesse sentido, o estudo acerca do papel da Sociologia no ensino médio passa a atrair um sentido especial. Como já salientado por Martins (2013) e Sell (2015), a Sociologia é uma ciência que implica uma dimensão política

muito contundente, que reflete “sobre as relações entre teoria e prática política, enfrentando a difícil questão de entender e determinar as conexões existentes entre sociologia (enquanto esfera do conhecimento) e a política (enquanto esfera da ação)” (Sell, 2015, p. 27).

Ao abrir a possibilidade de questionar a sociedade capitalista e discutir temas como a desigualdade social, a exploração nas relações de trabalho, a indústria cultural, os limites da democracia liberal-representativa ou o pensamento político autoritário e tantos outros temas possíveis como racismo, discriminação de gênero ou segregação urbana, a ciência da sociedade provoca a pensar alternativas e, de alguma forma, querer transformar essa realidade social:

(...) a sociologia, desde o seu início, sempre foi algo mais do que uma mera tentativa de reflexão sobre a sociedade moderna. Suas explicações sempre contiveram *intenções práticas*, um forte desejo de *interferir* no rumo desta civilização. Se o pensamento científico sempre guarda uma correspondência com a vida social, na sociologia esta influência é particularmente marcante (Martins, 2013, p. 11, grifos nossos).

Desse modo, cabe a pergunta: qual o papel dos saberes e conhecimentos de política na escola brasileira? Como esse conteúdo deve ser abordado no currículo escolar? Com quais conceitos, temas ou teorias?

Na escola, noções básicas da política como Cidadania, Democracia, República, Ditadura, Liberalismo, Socialismo, Social-Democracia, Neoliberalismo, Movimentos Sociais, Partidos Políticos e outros, são essenciais. A abordagem do que são esses temas e teorias deve servir ao ensino e ao aprendizado. Da mesma maneira, conceitos fundamentais como poder, pluralismo, igualdade, liberdade, tolerância, ética, espaço público, ideologia, consenso, conflito, hegemonia e utopia necessitam servir ao esclarecimento e à compreensão do mundo que os cerca.

A busca desses conhecimentos deve ser abordada com o objetivo de tomada de consciência do aluno, incluindo sua autonomia intelectual e pensamento crítico, ajudando a construir sua identidade social e política. Ou seja, valorizar o exercício da democracia, a legalidade e a legitimidade do poder, a cidadania, os direitos e deveres do cidadão, os movimentos sociais e as outras formas de participação, ou seja, valorizar a política enquanto prática social, que implica o envolvimento do cidadão nos destinos da sociedade.

Nossa contribuição, nesse sentido, será partir do exame dos conceitos de *política*, *poder* e *Estado* em cada uma das cinco obras da edição 2018 do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de Sociologia, sua última publicação por disciplina. A escolha dos três temas se deu por conta da sua centralidade nas ciências sociais, como que sintetizando conceitos chave do debate público na sociedade brasileira. O intuito foi o de perceber a aproximação ou distanciamento às diferentes teorias sociais e políticas (conservador, liberal, socialista, etc.) que muitas vezes são de difícil compreensão aos alunos.

Os livros em estudo foram: *Tempos modernos, tempos de sociologia* (Bomeny et al., 2016), *Sociologia hoje* (Machado; Amorim; Barros, 2016), *Sociologia* (Araújo; Bridi; Motim, 2016), *Sociologia em movimento* (Silva et al., 2016) e *Sociologia para jovens do século XXI* (Oliveira; Costa, 2016).

Por fim, salientamos que nesta breve análise iremos nos referir igualmente à sociologia política e à ciência política presente nos livros didáticos. Essa opção se dá por considerarmos que na realidade o que ocorre na transposição do saber científico ligado aos conhecimentos de política nos livros está mais próximo do campo disciplinar da sociologia política do que da ciência política institucionalista predominante no Brasil nas últimas três décadas (Limongi; Almeida; Freitas, 2016).

Essa opção se concretiza baseados em especial nos estudos de Perissinotto (2004) e Botelho (2019) acerca da sociologia política e na percepção prevalecente de que as obras do PNLD-Sociologia caminharam no

mesmo sentido, ou seja, buscando vincular política e sociedade ambicionando especificar as bases sociais e a dinâmica social da política originada na formação social brasileira (Botelho, 2019), por meio de um exame que sempre levou em consideração a interdependência entre o social, o econômico, o político e o cultural e que não pressupunha a autonomia do Estado em relação à sociedade como se aquele “agisse num vácuo social” (Perissinotto, 2004, p. 212).

### **Sobre livros didáticos e conjuntura política nacional**

Desde sua inclusão nos currículos do ensino médio brasileiro a partir da lei 11.684/2008 se impôs às ciências sociais o desafio da transposição didática aos conhecimentos que se pretendem adequados e necessários aos nossos alunos. A medida – que recompensou décadas de discussões, lutas e debates de intelectuais, entidades, organizações de classe e movimentos sociais pela reintrodução definitiva da disciplina na grade curricular nacional – também “desafiou o campo sociológico brasileiro a atravessar o verdadeiro abismo que o separa da realidade do ensino médio” (Braga, 2009, p. 163).

Dessa forma, tiveram início nos anos seguintes a produção de materiais, livros didáticos, seminários, encontros e pesquisas acadêmicas discutindo quais conteúdos deveriam estar presentes, por meio de quais autores, utilizando quais abordagens e teorias, tanto sociológicas, antropológicas e políticas quanto educacionais. Órgãos de governo como o Ministério da Educação (MEC), as Secretarias Estaduais de Educação e instituições da sociedade civil como universidades e centros de pesquisa passaram a debater o que, como e por que determinadas questões deveriam ser ensinadas, assim como o desafio da transposição de um saber acadêmico para um saber escolar (Meucci; Bezerra, 2014).

Nosso intento aqui se torna tão mais necessário na medida em que, com o golpe de 2016, a conjuntura nacional e educacional se alterou significativamente com a ascensão de um bloco hegemônico de direita que

chegou ao poder com Michel Temer (2016-2018) e que radicalizou essa visão no governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro (2019-2022) de forma bastante similar ao que Apple (2002) denominou de nova aliança conservadora constituída por neoliberais, neoconservadores, nova classe média profissional e populistas autoritários.

Na educação foi notório o apoio do ex-presidente da República e dos seus ministros da Educação à organização Escola sem Partido (ESP) que apresenta uma proposta de combate a uma suposta “doutrinação marxista” realizada por professores em sala de aula, mas que na realidade se efetiva como uma tentativa de mordação e intimidação ao docente na imposição autoritária de um pensamento único liberal-conservador que busca silenciar o pensamento crítico, democrático e pluralista (Miguel, 2016; O Globo, 2019).

O objetivo da ESP é bastante claro: censurar qualquer tipo de abordagem crítica dos conteúdos e estimular a confusão de conceitos com o intuito de fazer com que as novas gerações tenham repulsa pela política e pela democracia, além de não terem consciência das questões sociais, políticas, econômicas e culturais que o cercam e assim o debate possa ser monopolizado e conduzido por esses mesmos grupos organizados.

Nesse sentido, a reforma do ensino médio (Lei nº. 13415, de fevereiro de 2017) e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), também do ensino médio, aprovada em dezembro de 2018, aprofundam essa tendência com medidas como o favorecimento do ensino à distância, a diminuição da carga horária geral de formação, a não garantia da obrigatoriedade de oferta dos cinco itinerários formativos em todas as escolas e estados e nem os treze componentes curriculares vigentes até então (garantindo apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática).

As demais disciplinas, como História, Geografia, Química, Física, Biologia, Filosofia ou Sociologia apareceriam dentro das áreas de conhecimento, de forma interdisciplinar, o que na prática decretou o fim dos livros didáticos específicos das disciplinas.

Dessa forma, a análise dos livros didáticos de Sociologia do Programa Nacional do Livro Didático 2018 (triênio 2018-2019-2020) não deixa de ser um registro histórico de uma política pública de acesso e democratização de conteúdos essenciais que buscaram chegar à ponta, na escola pública e popular, tão combatida e atacada.

## A análise dos livros didáticos

### *Tempos modernos, tempos de sociologia* (Bomeny et al, 2016)

O livro *Tempos modernos, tempos de sociologia*, escrito por Helena Bomeny, Bianca Freire-Medeiros, Raquel Balmant Emerique e Julia O'Donnel, tem o filme *Tempos modernos* (1936), de Charles Chaplin, como tema e cenário para a emergência da Sociologia como campo de conhecimento. O filme cumpre o papel de operador metodológico, que constitui a ponte entre os conhecimentos da disciplina e os saberes dos alunos (Desterro, 2016).

O Capítulo 4 “Saber sobre as astúcias e as manhãs da política” é a seção que apresenta os saberes e conhecimentos de sociologia política/ciência política. Apesar de não haver uma definição explícita de política, salienta sua importância na vida contemporânea: “diz respeito ao ato de governar, de exercer poder, de conquistar, e também de participar, concordar, resistir ou lutar. São gestos, decisões, movimentos dirigidos para o exercício do poder” (p. 55).

O Capítulo relaciona o conceito de política com institucionalidade, manutenção do Estado e relações de poder. Logo na apresentação é aberta a discussão com a imagem da obra *Leviatã*, de Thomas Hobbes e um debate a partir de Nicolau Maquiavel, autor que, além de pregar a separação entre política e religião, inaugurou uma perspectiva mais realista, segundo a qual a ética da política tem características próprias.

No mesmo Capítulo o conceito de poder como a capacidade de imposição da vontade de um grupo/pessoa sobre outras na concepção de Max Weber é tomado para discutir a razão pela qual os indivíduos obedecem, a partir de um debate sobre legitimidade. Fala-se, por exemplo, dos tipos de dominação (racional, carismática e tradicional). No Capítulo10, “As muitas faces do poder”, Michel Foucault é utilizado para discutir a relação entre verdade e poder, disciplina, instituições de controle, estudo das anormalidades e o biopoder (Souza, 2017).

Já o debate em torno do Estado é baseado fundamentalmente em Maquiavel e nos autores contratualistas (Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau) utilizados para discutir a organização política da sociedade: Ao falar do fenômeno político, utilizando Maquiavel, faz referência ao Estado: “A finalidade da política seria a manutenção do Estado. Tudo, portanto, que dissesse respeito ao funcionamento do Estado – ato de governar, de obedecer, de administrar conflitos, de se representar – interessava ao funcionamento da política” (p. 55).

O box “Teoria contratualistas ou teorias do contrato social” procura debater a origem da ordem social e da política. Colocando o contratualismo como uma corrente filosófica surgida na Antiguidade e que “atravessou o Período Medieval”, foi na modernidade que pôde contribuir para o desenvolvimento da ciência política.

A ideia central do pensamento contratualista é que a ordem política surge a partir de um acordo estabelecido entre os indivíduos, a fim de evitar mais danos ou garantir a paz. Esse acordo seria o Contrato Social. Isso significa que existiria, ainda que hipoteticamente, um tipo de vida associal ou apolítica, anterior ao contrato – momento definido pelos contratualistas como estado de natureza. Com o contrato, o estado de natureza desaparece e surge a sociedade civil (civitas, “Estado”, “organização política”) (Bomeny et al, 2016, p. 56).

Nesse sentido, estamos de acordo com Schnekenberg (2017), que salienta a presença de outros capítulos que mencionam o Estado, porém que

não tem a Ciência Política como temática central. É o exemplo da discussão feita sobre desigualdade social e Estado de Bem-estar social apresentado no Capítulo 18 “Desigualdades de várias ordens” e no Capítulo 20 “Violência, crime e justiça no Brasil” que discute a violência no Brasil mobilizado para discutir o conceito de monopólio do uso legítimo da força física dentro de determinado território a partir da presença e/ou ausência do Estado em localidades onde impera a lógica da sociabilidade violenta.

### ***Sociologia hoje* (Machado; Amorim; Barros, 2016)**

A obra *Sociologia Hoje* tem como autores Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim e Celso Rocha de Barros apresentando as principais questões conceituais e metodológicas que fundamentam as três ciências de referência de forma separada, inclusive, dividindo o livro em três partes iguais: Unidade 1- “Cultura”, Unidade 2-“Sociedade” e Unidade 3- “Poder e cidadania”, este centrado na especificidade da Ciência Política.

Na apresentação da unidade 3 o conceito de política é destacado como “a arte de determinar como vamos viver juntos, conciliar nossos interesses e estabelecer regras de convivência” (Machado; Amorim; Barros, 2016, p. 249). O Capítulo 11 “Política, poder e Estado” que abre a unidade recorre a Max Weber para explicar os três termos que dão nome ao capítulo. A conceituação de política é desenvolvida utilizando o autor alemão segundo o qual “o centro da atividade política é a busca pelo poder” e “a política é a luta por participar do poder ou influenciar sua repartição” (p. 251).

Poder é descrito na obra como “a possibilidade de impor sua própria vontade, mesmo que contra a vontade dos outros” (251). No Capítulo 15 “Temas contemporâneos da Ciência Política” é destacada uma nova visão de poder a partir da obra de Michel Foucault e sua contribuição para se pensar o poder disciplinar, o micro poder, assim como as novas dimensões do poder para além do Estado.

Em *Sociologia hoje* (Machado; Amorim; Barros, 2017) o conceito de Estado é apresentado recorrendo de forma privilegiada a um autor: Max Weber. O monopólio da violência legítima é esmiuçado pelos autores inclusive com uma citação direta do próprio autor.

De forma original em relação aos outros livros didáticos, o sociólogo estadunidense Charles Tilly é resgatado para discutir o nascimento do Estado moderno relacionado às guerras: “quando surgiram, os Estados Modernos não eram muito diferentes de quadrilhas criminosas que, para não agredir o povo, cobravam dele” (p. 255). Da mesma forma, Antonio Gramsci é acionado para esclarecer que nas sociedades modernas a disputa pelo poder do Estado “não é exercido apenas pelo governo, pela polícia, pelos tribunais, pela violência”. A disputa pelo poder passa também pela conquista de ideias, pela produção de cultura e de notícias no processo de luta pela hegemonia (liderança) da sociedade (Machado; Amorim; Barros, 2016).

Após um box com o perfil de Maquiavel, a temática estatal é finalizada com a seção “Os contratualistas: o que o Estado pode fazer?” no qual é explicado novamente a partir das concepções de Hobbes, Locke e Rousseau, inclusive com um quadro resumo sobre os três autores dividido em três colunas: Como seria a vida sem o Estado?; Por que se formaria o Estado? e O que as pessoas poderiam esperar do Estado? Chama atenção nessa obra como apenas a teoria política liberal é levada em conta, excluindo-se outras visões, desde a concepção conservadora positivista/funcionalista até as perspectivas socialistas, tanto reformistas como revolucionárias. Inclusive, Gramsci quando é rapidamente citado parece ser um liberal.

Posteriormente, o Estado é retomado no Capítulo 12 “Globalização e política” quando se refere ao impacto da globalização na diminuição do poder do Estado e no aumento da importância das multinacionais no cenário mundial.

***Sociologia* (Araújo; Bridi; Motim, 2016)**

A obra *Sociologia* de Silvia Maria de Araújo, Maria Aparecida Bridi e Benilde Lenzi Motim, discute os temas relacionados à Política no capítulo 8, “Cidadania, política e Estado”, no qual a política é descrita apenas como “diálogo”, “palavra” e “persuasão” e seria por meio dela que os seres humanos poderiam transformar sua realidade. No entanto, mais à frente, o conceito é melhor trabalhado e política e poder novamente são definidos a partir de Max Weber. Segundo as autoras, – baseado na obra *Ciência e política: duas vocações* (1919), – “política é o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão de poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado” (p. 244), ou seja, “a política se relaciona ao poder do Estado e aos indivíduos que aspiram obtê-lo” (Araújo; Bridi; Motim, 2016, p. 244).

O conceito de poder, fundamentado no mesmo sociólogo alemão, é descrito como “a capacidade de mando de um indivíduo ou de um grupo de pessoas sobre determinada comunidade ou país” (p. 244) e Michel Foucault é mobilizado para demonstrar que “o poder está em todas as relações sociais, e não apenas no Estado” (p. 244). De forma interessante e, infelizmente, pouco explorada em exemplos de práticas sociais concretas, apontam como o poder está nas microrrelações do cotidiano como a família, o trabalho, a igreja, a escola e o bairro.

Segundo as autoras, o Estado é uma instituição social que permite – “ou, em alguns casos coíbe” – a participação ativa dos cidadãos nas grandes decisões da sociedade. Desse modo, a ciência política estuda o papel do Estado e as tensões entre os interesses coletivos e individuais nessa instituição social (p. 229).

A relação entre Estado e sociedade é destacada segundo Maquiavel e os contratualistas Hobbes, Locke e Rousseau. Fazendo uso de Maquiavel, é feita uma reconstituição do exercício do poder político desde a Idade Moderna com a centralização política empreendida pelo Estado

Absolutista. Sem citar uma obra específica, Max Weber também é utilizado na explicação da dominação que só seria legítima se fosse aceita pelos dominados. Em um box intitulado “Concepções de Estado e sociedade civil na Idade Moderna” é apresentado o conceito a partir de Hobbes, Locke e Rousseau relacionando – de forma original – o surgimento da sociedade civil com a burguesia, detalhe que escapa aos outros livros didáticos em estudo (Araújo; Bridi; Motim, 2013)

O livro didático se diferencia das demais na sua definição de Estado, no qual as autoras trazem outras interpretações distintas da compreensão weberiana. A visão marxista está presente numa citação de Engels em A origem da família, da propriedade privada e do Estado na qual o poder estatal é caracterizado como um produto da sociedade e seu papel é amortecer os conflitos sociais e evitar o choque entre as classes, assegurando a reprodução capitalista do sistema social. No corpo do texto e no quadro “Interpretações sobre a natureza do Estado” são apresentadas de forma resumida outras concepções. Além de Marx, Engels e Weber, Gramsci, Althusser, Poulantzas e o sociólogo brasileiro Octavio Ianni completam o quadro-resumo (Araújo; Bridi; Motim, 2013).

### ***Sociologia em movimento (Silva et al., 2016).***

O livro *Sociologia em Movimento* escrito por vários autores, em especial professores do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, discute as temáticas tratadas aqui no Capítulos 6 “Poder, política e Estado”. Em uma rápida definição política é destacada como “os meios pelos quais um sujeito ou grupo se organiza, exerce o poder ou o conquista” (p. 139). Mais à frente no capítulo o tema é retomado do ponto de vista da Grécia antiga, da etimologia da palavra e do contexto da cidade-Estado grega, inclusive com referência a Aristóteles como o divulgador da concepção de política a partir da sua obra com o mesmo nome e, mais uma vez, Weber como definidor moderno da concepção após as revoluções liberais do século XVIII.

Com a definição de poder, após o previsível entendimento weberiano como “a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra a resistência alheia” (p. 139), há uma interessante tipologia das formas de exercício do poder baseadas no filósofo italiano Norberto Bobbio: poder econômico, poder ideológico e poder político. Na sequência são colocados pelos autores a questão do poder legítimo e as formas de dominação legítima, isto é, “aquela em que o dominado aceita as condições em que o exercício do poder acontece” (p. 142).

A questão do Estado trazida pelos autores traz elementos diversos do aparato estatal interessantes para o trabalho do professor. Ao fazerem a caracterização do Estado moderno o associam a racionalização da gestão do poder (estrutura administrativa e burocrática) e esse fenômeno relacionado às revoluções liberais do século XVIII, destacadamente a Revolução Francesa. As formas de organização do Estado moderno entre monarquia e república, os sistemas de governo entre presidencialismo e parlamentarismo e as características do Estado-nação: povo, território, governo, finalidade e soberania. O uso de autores clássicos ou contemporâneos fica ausente nessas conceituações, assim como na explanação dos partidos políticos e sistemas eleitorais como formas de participação política.

Na seção “As relações de poder na sociedade contemporânea” os autores voltam a se referir à conceituação histórica de Estado. O tema é explorado com as principais formas históricas de Estado no Ocidente: Estado Absolutista, Liberal, Socialista, Nazista e Fascista, de Bem-Estar Social e Neoliberal. Os autores serão utilizados apenas na caracterização dos diferentes tipos de Estado. Seguindo a ordem usual de conceituações, o Estado absolutista tem como principal referência Hobbes e principal característica a centralização e o despotismo do poder. No Estado liberal Locke e Adam Smith são os principais ideólogos do liberalismo político e econômico respectivamente e a ascensão da burguesia é sua principal especificidade.

A obra fez a opção teórica de não se preocupar em fazer diferença entre a Teoria Política (aquilo teorizado como ideal) e a Ciência Política (foco restrito às instituições formais) e, desse modo, acaba passando uma impressão negativa de certas teorias, em especial o socialismo confundido com o seu desvio autoritário, o Estado stalinista, que, entretanto, é apresentado como Estado socialista. Esse equívoco fica claro na caracterização seguinte dos Estados nazista e fascista tidos como regimes autônomos, sem serem conceituados como desvios autoritários do Estado liberal. O Estado de bem-estar social defendido por Keynes e colocado em prática no pós-Segunda Guerra e o Estado neoliberal a partir dos anos 1980 completam o quadro de definição do termo e utilização histórica. Os autores que permeiam o debate são John Maynard Keynes acerca do Estado de Bem-Estar Social e Friedrich Hayek e Milton Friedman no que tange ao Estado Neoliberal.

### ***Sociologia para jovens do século XXI (Oliveira; Costa, 2016)***

O livro *Sociologia para jovens do século XXI* de Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa apresenta elementos de política de forma distribuída ao longo da obra. No entanto, as categorias mais especificamente ligadas à Ciência Política está presente no Capítulo 14 “O Estado sou eu.’ Estado e democracia”. É, com certeza, o livro mais à esquerda dos cinco em análise, porém é também menos preocupado com o rigor em termos de conceitos e definições.

Na obra não há uma explicação explícita do conceito de política. O máximo que podemos ver nesse sentido é uma tentativa de associação da política com o Estado, a participação política e a democracia. Da mesma forma não há uma definição concreta do conceito de poder. Os autores apenas se referem ao poder como o poder do Estado e à sua relação com a legitimidade e a dominação (Oliveira; Costa, 2016).

Se por um lado as concepções de política e poder poderiam ter sido melhor desenvolvidas, por outro a temática Estatal apresenta contribuições importantes se comparadas com os outros livros didáticos. Apesar de, à princípio, repetir as demais obras definindo o Estado a partir de Weber como aparato administrativo que tem o monopólio legítimo da força através da dominação, mais adiante trás ao debate Durkheim para expor como o Estado exerce uma coerção sobre os indivíduos, além de Marx e Engels:

Segundo esta visão, o Estado teria surgido, na História da humanidade, como resultado do conflito existente entre classes sociais antagônicas. Assim, o Estado teria se tornado uma necessidade concreta das classes economicamente dominantes, objetivando novos meios de dominação política, de repressão e de exploração das classes oprimidas (Oliveira; Costa, 2016, p. 200).

Desse modo, os três autores clássicos da sociologia são chamados a dar a sua contribuição ao fenômeno estatal que no mesmo capítulo ainda trabalha a questão da democracia e dos partidos políticos brasileiros.

## **Conclusão**

A discussão em torno dos conceitos essenciais de Sociologia Política/Ciência Política em sala de aula na disciplina de Sociologia é um tema importante da educação pública brasileira e se encontra, atualmente, no centro de uma disputa política entre discursos e interpretações do Brasil. Na divisão em que o país se encontra atualmente, diferentes projetos societários estão em disputa. No confronto polarizado – que empobrece o debate e faz com que um interlocutor não escute o outro – se encontra a maior parte da população brasileira, em especial o jovem que tem a mídia e as redes sociais como principal fonte de informação.

Nessa contenda de um lado estão os que defendem o pensamento crítico na sala de aula e a construção de um aluno com saberes e conhecimentos autônomos e independentes que saiba contestar e questionar a sua situação social e que tenha condições de lutar por transformações políticas, econômicas e culturais na sua vida e na vida da sociedade brasileira (Freire, 2014).

Do outro lado estão os que advogam um pensamento técnico e “neutro”, voltado para a capacitação do aluno ao mercado de trabalho e de acordo com uma visão cívica e conservadora da vida social. Isto é, “uma compreensão de uma educação limitada à transmissão de ‘conteúdos’ factuais, dos quais o professor é um mero repetidor e o aluno, receptáculo passivo” (Miguel, 2016, p. 617).

Numa conjuntura em que historicamente os entes federativos não têm a Escola Pública como prioridade, os baixos investimentos acarretam precária estrutura e manutenção das unidades escolares e baixos salários aos professores. Se esses problemas já não bastassem para uma carreira pouco valorizada pelo poder público e pela sociedade – haja vista a pouca procura pela profissão – nos últimos anos os professores tiveram que lidar com uma nova dificuldade: a criminalização da profissão docente por conta do suposto “viés ideológico” do “marxismo cultural” da escola brasileira, na qual a sociologia e a filosofia são os principais alvos (Folha de São Paulo, 2019c).

A sociologia escolar, além de todas as dificuldades que enfrentou para fazer parte do rol de disciplinas da educação básica brasileira, agora é acusada de fazer política em sala de aula, de ser de esquerda e seus professores promoverem uma “doutrinação marxista”, cujo principal destino seria a abordagem às questões de gênero, estigmatizadas como “ideologia de gênero”. No entanto, apesar da questão de gênero ser o foco, a criminalização da docência afeta e impede que a atividade profissional seja exercida de modo pleno, além de deixar professoras e professores à mercê de acusações extremamente vagas e subjetivas de “assédio ideológico”. Sob a

imposição da eliminação da liberdade de expressão estimulada pela organização Escola sem Partido, docentes podem ser, a qualquer momento, alvos de processo. Ao invés de ser visto como educador, o professor passa a ser visto como uma ameaça a ser contida.

Dessa forma, todos os conteúdos abordados de forma crítica pela disciplina de Sociologia como questões ligadas à escravidão, à ditadura militar ou ao nazismo são objeto de vigilância sobre professores enquanto uma das principais bandeiras do projeto Escola Sem Partido prevê, expressamente, que os alunos podem gravar as aulas (O Globo, 2019).

Portanto, cabem algumas perguntas: o que vem a ser essa suposta “doutrinação marxista”? O que é essa atuação, por parte dos docentes, de ideias “de esquerda”, influenciadas por “Antônio Gramsci e Paulo Freire” como defendido por grupos acusatórios como a organização Escola sem Partido? É por partir de uma reflexão crítica da realidade social?

Porque o contrário não é questionado? Ou seja, a indagação de quantos professores de direita ou extrema direita nós temos na escola? Que, por exemplo, julgam normais atitudes machistas, racistas e autoritárias. Isto é, aqueles professores que naturalizam a visão do mundo social tal como ele é, aceitam e reforçam a ideologia dominante liberal-burguesa.

Convicção política não é desonestidade intelectual. No entanto, se isso já não bastasse para refutar uma acusação fraca e infundada (Folha de São Paulo, 2019b), os livros didáticos reforçam o discurso contrário a essa “inclinação à esquerda” na medida em que é um autor liberal – Max Weber – a principal referência quando se trabalha com os conceitos de política, poder e Estado. Dos livros didáticos analisados, todos (!) tem o sociólogo alemão como principal teórico. Apenas dois deles – *Sociologia* (Araújo; Bridi; Motim, 2016) e *Sociologia para jovens do século XXI* (Oliveira; Costa, 2016) – além de Weber fazem menção a outros autores para interpretar esses conceitos.

Araújo, Bridi e Motim (2016) fazem uso também de Engels, Poulantzas e Althusser e um pequeno quadro-resumo com as

perspectivas de Marx, Gramsci e Octavio Ianni. Oliveira e Costa (2016) são mais incisivos e de forma mais clara igualmente fazem uso da visão socialista de Estado a partir de Marx. Excluindo esses dois exemplos – o primeiro mais acanhado, o segundo mais explícito – todos os outros livros utilizam o referencial teórico liberal weberiano. A interpretação socialista não é sequer mencionada.

Por fim, salientamos que, apesar das críticas a algumas das abordagens limitadas apresentadas nos livros didáticos com relação aos conceitos em análise, destacamos, acima de tudo, o esforço intelectual à tentativa desses autores e autoras em buscar transpor um conhecimento científico em conhecimento escolar numa disciplina que não tem a mesma história de longa duração e amadurecimento em sala de aula de outras disciplinas do currículo.

Portanto, a defesa dos livros didáticos deve ser uma bandeira fundamental de resistência aos que buscam proteger e lutar pela escola pública e que no futuro outras perspectivas possam ser incorporadas às obras que auxiliam de forma imprescindível tanto professores na sua jornada de formação continuada quanto aos estudantes ao possibilitar o acesso a um bem cultural selecionado e de boa qualidade. O livro didático nessa conjuntura se torna um símbolo na luta por uma educação pública e popular de melhor qualidade, mais democrática e esclarecedora.

## Referências

APPLE, M. “Endireitar” a educação: as escolas e a nova aliança conservadora. *Currículo sem Fronteiras*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 55-78, Jan/Jun 2002. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss1articles/apple.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2022.

ARAÚJO, S. M.; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. L. *Sociologia*: volume único: ensino médio. 2a ed. São Paulo: Scipione, 2016.

ASSUMPÇÃO, R. P. S.; LEONARDI, F. G. A construção de uma cultura de Direitos Humanos na sociedade brasileira. In: ALMEIDA NETO, A. S.; SIQUEIRA, L. S. (org.). *Direitos humanos e cultura escolar*. São Paulo: Alameda, 2017.

BRAGA, R. Atravessando o abismo: uma sociologia pública para o ensino médio. In: BRAGA, R.; BURAWOY, M. (org.). *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2009.

BOMENY, H. et al. (coord.). *Tempos modernos, tempos de sociologia: ensino médio: volume único*. 3a ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

BOTELHO, A. *O retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2019.

DESTERRO, F. B. *Sobre livros didáticos de sociologia para o ensino médio*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. Ninguém quer saber de jovem com senso crítico, diz Bolsonaro em Vitória. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/ninguem-quer-saber-de-jovem-com-senso-critico-diz-bolsonaro-em-vitoria.shtml>. Acesso em: 07 jul. 2019a.

FOLHA DE SÃO PAULO. Na véspera da posse, Bolsonaro critica “lixo marxista” em escolas. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimasnoticias/2018/12/31/bolsonaro-marxismo-escolas.htm>. Acesso em: 25 ago. 2019b.

FOLHA DE SÃO PAULO. Bolsonaro propõe reduzir verba para cursos de sociologia e filosofia no país. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/bolsonaro-propoe-reduzir-verba-para-cursos-de-sociologia-e-filosofia-no-pais.shtml>. Acesso em 07 nov. 2019c.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

LIMONGI, F.; ALMEIDA, M. E. T.; FREITAS, A. Da sociologia política ao (neo) institucionalismo: 30 anos que mudaram a ciência política no Brasil. In: AVRITZER, L.; MILANI, C. R. S.; BRAGA, M. do S. (org.) *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

MACHADO, I. J. R. et al. *Sociologia hoje: volume único: ensino médio*. 2a ed. São Paulo: Ática, 2016.

MARTINS, C. B. *O que é sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Coleção Primeiros Passos).

MEUCCI, S.; BEZERRA, R. G. Sociologia e educação básica: hipóteses sobre a dinâmica de produção de currículo. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 87-101, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2420>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordação no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 590–621, 2016. DOI: <https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163>.

MIGUEL L. F. Marx e a ciência política. *Blog da Boitempo*. Disponível em: <https://blogda.boitempo.com.br/2018/05/07/marx-e-a-ciencia-politica/>. Acesso em 16 ago. 2023.

MIGUEL L. F. *O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

MORAES, A. C. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 5–20, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000100001>.

NOGUEIRA, M. A. *Em defesa da política*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

O GLOBO. Bolsonaro divulga vídeo de aluna que filmou professora em aula. *O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-divulga-video-de-aluna-que-filmou-professora-em-aula-23628113>. Acesso em: 05 nov. 2019.

OLIVEIRA, L. F.; COSTA, R. C. R. *Sociologia para jovens do século XXI*. 4a ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

PERISSINOTTO, R. Política e sociedade: por uma volta à sociologia política. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v.3, n.5, p. 201-230, 2004. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>.

RIDENTI, M. *Política pra quê? Atuação partidária no Brasil contemporâneo de Getúlio a Dilma*. São Paulo: Editora Atual, 2011.

SCHNEKENBERG, G. F. *(Ciência) Política como Saber Escolar: uma análise a partir dos livros didáticos de Sociologia aprovados no PNL D 2015*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SILVA, A. et al. *Sociologia em movimento*. São Paulo: Moderna, 2016.

SELL, C. E. *Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber*. Petrópolis: Vozes, 2015 (Coleção Sociologia).

SOUZA, A. C. *A sociologia escolar: imbricações e recontextualizações curriculares para a disciplina*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2017.

Recebido em outubro de 2023.

Aprovado em junho de 2024.